



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal Rodrigo Agostinho

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2019

(Do Sr. Rodrigo Agostinho)

Dispõe sobre a imunidade para pessoas naturais e jurídicas que oferecerem informações que sejam úteis para a prevenção, a repressão ou a apuração de crimes ou ilícitos administrativos, alterando o *caput* do art. 4º da Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a imunidade para pessoas naturais e jurídicas que oferecerem informações que sejam úteis para a prevenção, a repressão ou a apuração de crimes ou ilícitos administrativos, alterando o *caput* do art. 4º da Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018.

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão estabelecer formas de recompensa e imunidade, para pessoas naturais e jurídicas, pelo oferecimento de informações que sejam úteis para a prevenção, a repressão ou a apuração de crimes ou ilícitos administrativos.

.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O papel do Poder Legislativo é estar sempre atento para as demandas sociais.

Dentro desta perspectiva, apresento este projeto de lei destinado a estimular o combate à corrupção.

Alio-me ao quanto já assinalado pelo atual Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz, que, em entrevista ao Jornal Valor Econômico, em 19/03/2019, consignou: *"O país não precisa fazer uma escolha entre ter um ambiente menos corrupto e defender a livre iniciativa. É preciso separar o crime do patrimônio da empresa", disse, lembrando que uma legislação eficiente nesse sentido levou cerca de cem anos para ser adequadamente formulada nos Estados Unidos. "Não tem saída fora da iniciativa privada", postulou.*

Assim, proponho a alteração da Lei nº 13.608, de 2018, para prever, além da possibilidade de recompensa, que seja assegurada, também, imunidade para a pessoa jurídica, que contribuir para prevenção, a repressão ou a apuração de crimes ou ilícitos administrativos.

Ante o exposto, peço o apoio nos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de Abril de 2019.

Deputado Rodrigo Agostinho